
Discurso organizacional: epicentro de (des)identificação e vestígio de experiências públicas¹

Magno Vieira da SILVA²

Rudimar BALDISSERA³

Rennan MAFRA⁴

Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília, DF

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG

RESUMO

Refletimos sobre potencialidades epistemológico-teóricas do discurso na pesquisa em comunicação organizacional. Assim, compreendemos o discurso organizacional como tipo de discurso que articula gêneros discursivos (SILVA, 2018) e apresentamos duas proposições centrais: a) discurso organizacional como epicentro em meio ao qual gravitam processos de identificação e de diferenciação (BALDISSERA, 2007), pontos de sutura e de abertura da identidade organizacional; e b) discurso organizacional como âmbito em meio ao qual se empilham vestígios de experiências públicas entre sujeitos e organizações (MAFRA, 2011), que apelam tanto para passados carregados de êxitos e/ou traumas, quanto para horizontes imaginados, com vistas à permanência da organização frente aos riscos da experientiação. Por fim, defendemos a força epistêmica dos estudos discursivos na pesquisa em comunicação organizacional.

PALAVRAS-CHAVE: discurso organizacional; comunicação organizacional; identidade; experiência.

1. Introdução

A pesquisa em comunicação organizacional, no Brasil, vem ganhando fôlego especial, sobretudo a partir do final dos anos 1990, tanto a partir de robustas aproximações conceituais com diversos campos das humanidades, de forma geral, quanto a partir do próprio fortalecimento do campo da comunicação (FRANÇA, 2002; BRAGA, 2011), em universidades e centros de investigação disseminados pelo país, nos quais linhas de pesquisa vêm acolhendo trabalhos e oportunizando pesquisas por um olhar comunicacional às organizações. Assim, um viés tradicional do campo da administração científica clássica (este último também atravessado por significativa transformação crítica em anos recentes), que tendia a promover, junto aos estudos da

¹ Trabalho apresentado no GP Relações Públicas e Comunicação Organizacional, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor em Ciências da Comunicação (ECA-USP). Auditor Federal da STN, e-mail: magno.silva@tesouro.gov.br.

³ Doutor em Comunicação (PUCRS). Professor Associado da UFRGS, Bolsista Produtividade do CNPq. Apoio CAPES. E-mail: rudimar.baldissera@ufrgs.br.

⁴ Doutor em Comunicação (UFMG). Professor Adjunto da UFRV, e-mail: rennan.mafra@ufv.br.

comunicação organizacional, um olhar que tomava a comunicação unicamente como artefato/instrumento informacional, capaz de colaborar, supostamente, junto ao controle e à racionalização dos processos estratégicos, vem sendo substituído por estudos que problematizam a comunicação como fenômeno complexo, que atravessa contextos, conforma/atualiza papéis e identificações/diferenciações e institui relações de poder e processos sempre instáveis e abertos de significação (BALDISSERA, 2004; 2007; 2009).

Em meio a essa seara, uma aproximação de pesquisas da comunicação organizacional com estudos semiótico-discursivos tem ganhado força. Para além da perspectiva discursiva apresentada por Fairhurst e Putnam (2010) – que acaba por trazer o risco de limitação da noção de discurso ao campo da retórica, tendendo a reduzir possibilidades outras de se apanhar os fenômenos comunicacionais como práticas sociais em organizações –, estudos em comunicação organizacional têm assumido perspectivas que tomam: a) os discursos como resultados e resultantes de jogos de força, de disputas de sentidos (BALDISSERA, 2004) e de relações de poder, sempre arranjados provisória e precariamente por desejos de identificação e de diferenciação (SILVA; 2000; HALL, 2000a); b) os discursos como práticas sociais, uma vez que, em perspectiva linguageira, dizer é também fazer, é insinuar possibilidades e limites a ações sociais no mundo, é prescrever/destinar recursos e lugares, em gestos simultâneos de inclusão/exclusão (VOLÓCHINOV, [1929] 2017; ORLANDI, 2009); e c) discursos como formas simbólicas e ideológicas que trazem as marcas de sua produção, atravessando e constituindo posições de sujeito, na distribuição de espaços, nos usos do tempo e na conformação de cenas de enunciação, nas quais sentidos são tensionados e produzidos (PÊCHEUX, [1975] 2009; MAINGUENEAU, 2008; FRANÇA, 2002).

Sendo assim, na toada de estudos discursivos, este artigo busca oferecer reflexões preliminares sobre algumas potencialidades epistemológico-teóricas do discurso na pesquisa em comunicação organizacional. Portanto, pretendemos nos filiar a um amplo movimento já reconhecido, que advoga pela aposta na noção de discurso como categoria heurística capaz de insinuar problematizações e interpretações à comunicação organizacional, sobretudo no sentido de contribuir para a consolidação e a ampliação de estudos que apanhem os fenômenos da comunicação organizacional pelo paradigma da complexidade (MORIN, 2001; BALDISSERA, 2008) – tomando a comunicação como gesto vivo, dinâmico, instituído *por* e instituidor *de* sentidos, papéis

e relações, e atravessado por movimentos de organização/desorganização, ordem/caos, arranjo/perturbação. Nesse sentido, a relevância deste trabalho não se encontra, propriamente, na apresentação de uma categoria analítica inédita – uma vez já perseguida por vários pesquisadores da área – mas por um esforço preliminar de compreensão do discurso organizacional apanhado como materialidade em meio à qual gravitam e a partir da qual ressoam tensões identitárias e sobre às quais empilham-se experiências públicas, na relação entre organizações e sujeitos, em determinados espaços-tempos. Assim, a contribuição deste artigo visa propor que tanto processos identitários quanto experiências públicas que atravessam e constituem os ambientes relacionais das organizações instituem-se por um mesmo movimento, amalgamado fenomenicamente por um gesto articulador tomado como um tipo específico de gênero de discurso (SILVA, 2018), acionado e atualizado na comunicação organizacional.

Para atingirmos os objetivos propostos, inicialmente, retomamos as ideias de Silva (2018) que propõe tomar o discurso organizacional como elemento de construção da realidade e como um tipo de discurso que articula gêneros, a partir de aproximações com as discussões de Laclau e Mouffe ([1985] 2015a), [1987] 2015b) e de Bakhtin ([1952-1953] 2016). Em seguida, tentaremos problematizar como o discurso organizacional acaba se constituindo como uma espécie de *epicentro*, em meio ao qual gravitam e a partir do qual ressoam tensões identitárias na comunicação organizacional. Adiante, tentaremos compreender que o discurso organizacional, ainda que intencione encerrar sentidos, constitui-se por um gesto de empilhamento, no qual vestígios de experiências públicas são justapostos em meio a um amplo e inacabado processo histórico de experiência.

2. Discurso organizacional: construção da realidade e materialização

Julgamos relevante efetuar, ainda que brevemente, discussão teórico-epistêmica sobre a natureza e as características do discurso organizacional, uma tipologia discursiva manifesta a partir de características específicas, e realizada e (re)atualizada nestes ambientes. Sob tal perspectiva, o discurso organizacional é pensado a partir de uma concepção geral de discurso que se encontra diretamente atrelada à construção da realidade e da *praxis*, conforme as bases da Teoria do Discurso (TD) da Escola de Essex (LACLAU; MOUFFE, [1985] (2015a), [1987] 2015b).

Conforme Silva (2018, p. 82), para Laclau e Mouffe o discurso é “a arena na qual a realidade se constitui, e esse discurso é composto por elementos linguísticos e extralinguísticos não somente justapostos, mas colocados em relação”. Nessa direção, ainda conforme os autores, o espaço social é também um espaço discursivo (LACLAU; MOUFFE, [1987] 2015b), e é dentro dele que ocorrem as relações de contiguidade entre o linguístico e o extralinguístico, e no qual se constitui o que os autores chamam de “totalidade” do discurso.

Há portanto em Laclau e Mouffe um destaque ao caráter material de situações e estruturas discursivas. Nesse sentido, objetos e ações do mundo se encontram aptos a possuírem significação, desde que inscritos na discursividade. A atribuição de significado ocorre, via de regra, por meio de processos languageiros, sendo, portanto, pela linguagem que esses objetos e ações passam a ter existência dentro do espaço discursivo. Isso não significa, para os autores, a desconsideração do que está dado (os objetos existem em si), posto que, conforme Silva (2018, p. 83), “não se trata de “negar” a existência das coisas, mas conferir, por meio do discurso, a inscrição e a demarcação desses objetos na arena discursiva”. Nessa medida, é possível considerar as materialidades – entendidas como “coisas” ou acontecimentos – como

objetos discursivizáveis/discursivizados, posto que serão resgatados no interior do discurso em algum momento e passarão a compor o campo de uma dada discursividade. Com isso, passam, portanto, a entrar em relação com um domínio de semânticas e temáticas componentes desse mesmo discurso (SILVA, 2018, p. 83).

Assim, os postulados da TD laclauiana são um potente arcabouço para que se compreenda o discurso como elemento constituidor e ordenador da realidade, e em torno do qual se darão as articulações e os tensionamentos entre os sujeitos. Com efeito, não se desconsidera a importância da linguagem, pois ela é elemento prioritário e possibilitador dessa construção. No caso do(s) discurso(s) organizacional(is), são diversas as linguagens que lhe(s) dão forma para que, em seguida, seja(m) posicionado(s) e colocado(s) em circulação por meio de processos de comunicação organizacional, ao menos em perspectiva de fala autorizada, da organização comunicada (BALDISSERA, 2009). Contudo, em outra medida, há que se considerar que o discurso(s) organizacional(is) pode(m) escapar a essa dimensão oficiosa – mais afeita à(s) tentativa(s) de controle – expandindo-se em diversas ramificações, organizadas e configuradas em outros processos de interação. Assim, é importante refletir sobre as

possíveis caracterizações e particularidades assumidas por estes discursos, e a noção de gêneros do discurso é uma das lentes que possibilitam esse exame.

O Círculo de Bakhtin⁵ empreendeu uma série de reflexões a respeito dos gêneros, sendo um importante núcleo na teoria de linguagem construída pelo grupo (SOUZA, 2003). Mas foi o próprio Bakhtin quem, nos anos 1950, forneceu novos aportes teóricos sobre este aspecto conceitual. Segundo o autor, os gêneros emergem em determinados campos da comunicação, destacando-se e diferenciando-se uns dos outros em termos de conteúdo (temáticas), estilo de linguagem (seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua) e construção composicional, configurando-se como elementos indissociáveis. Com isso, um gênero não se restringe como algo limitado ao campo da literatura, sendo senão “simultaneamente presente e significativo em todas as esferas da interação discursiva” (RENFREW, 2017, p. 190). Segundo Bakhtin ([1952-1953] 2016, p. 12):

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multifacetada atividade humana e porque em cada campo dessa atividade vem sendo elaborado todo um repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que tal campo se desenvolve e ganha complexidade. Cabe salientar em especial a extrema *heterogeneidade* do discurso (orais e escritos). De fato, também devemos incluir nos gêneros as breves réplicas do diálogo do cotidiano, [...] o relato cotidiano, a carta (em todas as suas diversas formas), o comando militar lacônico padronizado, a ordem desdobrada e detalhada, o repertório [...] dos documentos oficiais e o diversificado universo das manifestações publicísticas (no amplo sentido do termo: sociais, políticas); [...] também devemos incluir as variadas formas das manifestações científicas e todos os gêneros literários (do provérbio ao romance de múltiplos volumes) (BAKHTIN, [1952-1953] 2016, p. 12) [grifo do autor].

Mais contemporaneamente, Maingueneau (2013) localiza os gêneros do discurso em meio às discussões sobre condições de produção, modos de organização e finalidades de um discurso. Para o autor, estudar os gêneros propicia o exercício de uma espécie de “economia cognitiva” (o conhecimento dos gêneros permite que não seja preciso prestar atenção constante a todos os detalhes dos enunciados que ocorrem à nossa volta – por exemplo, é possível identificar rapidamente um enunciado como sendo uma fatura ou um anúncio publicitário), além de contribuir para o entendimento

⁵ O Círculo de Bakhtin foi um grupo de estudiosos russos, liderados por Mikhail Bakhtin, que se debruçou sobre inúmeras questões de linguagem durante as primeiras décadas dos anos 1900.

dos parâmetros de uma organização discursiva: “os gêneros de discurso pertencem a diversos *tipos* de discurso associados a vastos *setores de atividade social*” (MAINGUENEAU, 2013, p. 67) [grifos do autor].

A multiplicidade genérica abordada por Bakhtin e a utilidade dos gêneros proposta por Maingueneau podem ser conectadas e identificadas, nos processos de comunicação organizacional da modernidade, com as diversas possibilidades de manifestação e expressão das vozes organizacionais por meio de variados aparatos e gramáticas. Com isso, é possível dizer que “os gêneros, em sua natureza e em sua potência discursivo-comunicacional, se fazem presentes nos ambientes organizacionais e se configuram como uma forma de estruturação de significações” (SILVA, 2018, p. 134), prescrevendo, com efeito, um conjunto de estratégias, procedimentos e práticas que, no limite, têm como objetivos concatenar, oferecer ou escamotear determinados sentidos visando construir consensos, eliminar contradições e diferenças, neutralizar ou equalizar disputas etc.

Essa ideia parece fértil para compreendermos que os gêneros, portanto, podem ser localizados e reconhecidos nos diversos níveis da comunicação organizacional, estando senão sujeitos, permanentemente, a (re)configurações, (re)alocações e (re)atualizações. Por essa razão, defendemos uma ideia de discurso organizacional como tipo de discurso materializado mediante o acionamento de diversos gêneros discursivos, e, que, dentre outras propriedades, se encontra no epicentro de processos de (des)identificação no bojo organizacional, além de se inserirem em meio a processos de experientiação pública, marcados pela disputa por públicos que se movimentam, e pela própria organização na construção de sua legitimidade, frente a sua necessidade de existência social. Assim, tanto a compreensão do discurso organizacional como epicentro de processos de (des)identificação quanto o entendimento do discurso organizacional como vestígio de experiências públicas são propostas interpretativas que desenvolveremos a seguir, uma vez que parecem indicar, para além de seu potencial articulador de outros gêneros de discurso na/da comunicação organizacional, características próprias ao discurso organizacional com um tipo de discurso.

3. Discurso organizacional como epicentro de processos de (des)identificação

A este ponto, de modo sucinto, importa darmos relevo ao fato de que as organizações, antes e para além de sua constituição burocrática e material (independente

de sua materialidade), resultam da mobilização de indivíduos em torno da constituição de objetivo(s) e de regras mínimas de ocorrência e, por suas especificidades, ocorrências particulares. Teoricamente, esse amálgama, de modo geral, é contemplado na ideia de identidade organizacional. Porém, para melhor pontuarmos essa questão, com base em teorizações como as de Hall⁶ (2000a; 2000b) e de Maffesoli⁷ (1996) e em perspectiva das reflexões que realizamos neste estudo, é preciso darmos relevo à compreensão de que a noção de identidade desliza em direção a de identificações. Isto é, apesar de os autores não partirem dos mesmos pressupostos, o que se apresenta como evidente é o fato de que, no atual contexto, o conceito de identidade enfraqueceu, até porque mesmo os grupos fortemente identificados tendem a apresentar maior número e mais contundentes fissuras, aqui entendidas como lugares de liquefação que perturbam ou mesmo tornam improvável a solidez identitária (nessa direção, as teorizações de Bauman (1998) apresentam-se potentes para compreendermos o atual contexto e alguns dos seus desdobramentos).

Diante disso, parece fértil compreendermos identidade como

[...] *complexus* de identificações, isto é, a identidade é a tessitura e a força que amalgama as várias identificações possíveis de um indivíduo-sujeito – portanto, também de uma organização, cultura e sociedade. Sob esse prisma, a identidade somente é possível pelas relações, pelas presenças, ou seja, o ‘eu’ exige a presença do ‘outro’ para existir, para ter sentido. A identidade não é apenas diferença, exclusão, fechamento, organização, unidade, antagonismo, egocentrismo, mas também semelhança, inclusão, abertura, desorganização, multiplicidade, complementaridade e sociocentrismo. (BALDISSERA, 2004, p. 104-5).

Assim, ainda conforme o autor (2007), podemos pensar a identidade como “força e tessitura” (“*complexus* de identificações”) com movimentos de “abertura”, para que uma dada identificação – ou mais – se realize em determinado contexto, e de “fechamento”, para manter as várias outras possíveis identificações retraídas, contraídas, tensionadas, pois que não podem se manifestar naquele dado momento. Esse “*complexus* de identificações”, por ser da qualidade do que é tecido junto, tramado, tensionado, também se exerce para produzir sensações, tais como as de coesão, coerência e, mesmo, de uno.

⁶ Conforme Hall (2000a, p. 13), à medida que “os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente”.

⁷ Para Maffesoli (1996, p. 302), está ocorrendo “um deslize progressivo da identidade em relação à identificação”.

À essa luz, atentando particularmente para as organizações, temos que, por um lado, para existirem necessitam de um arranjo identitário mínimo e, por outro lado, os fluxos identificatórios (como possíveis, prováveis, instáveis e intensamente reativos aos contextos) são variáveis com potência para gerar altos níveis de perturbação nesses arranjos identitários. Nesse contexto, em que as identidades são mais instáveis, a comunicação apresenta-se como processo fundamental para movimentar sentidos e manter níveis básicos de identificação capazes de conformar uma organização.

Cabe ressaltar que, por comunicação organizacional, compreendemos o “processo de construção e disputa de sentidos no âmbito das relações organizacionais” (BALDISSERA, 2008, p. 169). Essa perspectiva, além de assumir que toda comunicação é relação e que os sujeitos (re)constróem a significação de mundo, pressupõe a ideia de que a comunicação organizacional é, ao mesmo tempo, desorganizadora/ (re)organizadora dessa significação. Isto é, essa compreensão refuta todas as perspectivas que tendem a reduzi-la a um processo organizador de significação. Antes, reconhece que os sujeitos, ao estabelecerem comunicação, perturbam, desorganizam a significação existente (em seus diferentes níveis de estabilização) fazendo-a circular como sentidos para que possam ser (re)construídos e disputados para então poderem assumir novamente estados de estabilização, conformar significação de mundo. Portanto, a comunicação organizacional, mais do que gerar organização, gera sentidos e estados de organização, porém, em perspectiva do princípio dialógico (MORIN, 2000), guarda em si desorganização.

Com base nesses pressupostos, retomamos a questão da identidade organizacional. Conforme destacamos, a própria existência de uma organização em nível mais básico exige estruturas identitárias mínimas, sem as quais dissolve-se em fluxos. Nesse sentido, a comunicação é acionada em diferentes perspectivas, tais como para a constituição e instituição de objetivos comuns, a estruturação burocrática de base, a notificação pública de sua existência e a apresentação de seus bens materiais e serviços. Porém, para além dessas questões de base, também é acionada para gerar identidade. Pela comunicação, a organização procura dizer de si, oferecer-se aos públicos, instituir a si mesma e gerar legitimidade. Para isso, precisa agir para manter os públicos identificados a ela, em perspectivas diversas, seja pelas atividades que desenvolve e seus resultados (bens materiais, serviços, empregos, dentre outros), seja pelos seus princípios, posicionamentos e ações. Sua existência depende,

fundamentalmente, de manter os públicos identificados a ela, trabalhando, comprando, reconhecendo sua legitimidade.

É nessa condição de experimentar a necessidade de congruar identificações e a tendência a sua liquefação que as organizações conformam-se em epicentros discursivos para discursivizar a si mesmas como legítimas e até indispensáveis à sociedade. Assim, tendem a promover narrativas sobre si que eliminam suas inconsistências e contradições para, pela suturação dessas ‘falhas’ (condições e qualidades que desorganizam) oferecerem-se como sistemas organizados, estabilizados e confiáveis.

Nessa lógica, o discurso organizacional inclina-se a suspender as diferenças e o dissenso, fazendo ressoar apenas as representações de identidade de consenso, como únicas e coerentes. Nessa direção, pelo acionamento de diferentes gêneros discursivos, em linguagem complexa (articulando mais de uma semiótica) ou não, também procura produzir sentidos de identidade natural, algo da qualidade de um “é assim e não poderia ser diferente”, como se essa fosse sua natureza e não o seu discurso. Entretanto, apesar das intenções e das estratégias que se materializam na dimensão da “organização comunicada” (BALDISSERA, 2009), a organização vivida e experienciada pelos diferentes sujeitos assume os mais diversos contornos e sentidos, nem sempre em consonância com os desejados pela organização, argumento desenvolvido a seguir.

4. Discurso organizacional como vestígio de experiências públicas

A produção e a circulação do discurso organizacional se vincula, inevitavelmente, ao modo como os sujeitos – seja na condição de gestores, seja na de públicos – experienciam a organização, mesmo porque as organizações têm uma existência pública e, para mantê-la, demandam aceitação e legitimidade também públicas. Sendo assim, qualquer tentativa de produção de suturas é sempre parte de uma aposta racional e estrategicamente formulada, mas também se torna fruto de intuições e de afetações de gestores que tentam antecipar possíveis reações positivas e encontrar, nos públicos, a realização das significações lançadas pelas falas oficiais da organização (inclusive, esquizofrenicamente, intentam projetar tais significações em si mesmos, imaginando-se - ou, de fato, conformando-se, em simultaneidade, como – públicos trabalhadores, consumidores, vizinhos etc.). Entretanto, o discursivizar organizacional é gesto de encaixe/ordem/prescrição que se depara tanto com outros encaixes quanto com impensáveis desencaixes/desordens/perturbações no experienciar dos sujeitos com as

organizações. Assim, o epicentro de significação/identificação instituído pelo discurso organizacional é, em relação, confrontado/disputado/denunciado, em si mesmo, tanto naquilo que ele afirma/mostra/diz quanto naquilo que ele nega/esconde/silencia, num processo publicamente posto de experientiação (MAFRA, 2011).

Por esses termos, a experiência pública não é algo que possa ser entendido somente como a fatia quantitativa de sujeitos afetados por uma determinada questão pública (como o discurso organizacional) numa coletividade: antes de tudo, a experiência pública nos posiciona num lugar publicamente compartilhado – num espaço público de ação e de relação, formado por um *nós* múltiplo, real e potencial –, em meio ao qual sujeitos e organizações participam difusa e complexamente (MAFRA, 2011). Tal participação adquire qualidade estética (DEWEY, 1980) na medida em que sujeitos e organizações se constituem duplamente como pacientes e agentes: eles sofrem e se expõem a riscos, como também agem, fazem escolhas e adotam linhas de ação. É nesse sentido que a experiência pública pode ser vislumbrada a partir da instituição de três qualidades às relações/ações publicamente engendradas: a imprevisibilidade, o estilhamento temporal e a agonística.

A experiência pública é imprevisível uma vez que se organiza por uma força difusa, complexa e desorganizada, em que o sentido dos fenômenos não aparece como pronto, acabado, determinado, mas está sob (re)fundação, num espaço socialmente conformado e inacabado, sempre-por-se-realizar (QUERÉ, 1995). Por esses termos,

paradoxalmente e ao mesmo tempo, tal lugar é coberto por uma neblina leitosa e espessa: dele, é impossível avistar com clareza as reações de si, os movimentos do outro e a imagem dos muitos. Sobre uma cena de aparição, [...] expressa[-se] outra condição do visível: a visibilidade pública é figura sensível, é potência formante; não apenas é habilidade de se dar a ver, mas, essencialmente, é a ocupação de um horizonte no qual se projetam as histórias e as narrativas de si, em reciprocidade inconstante e infinita (MAFRA, 2011, p. 165).

Nesse gesto, a experiência pública nos coloca sempre diante de um desvendar de vestígios em meio a cenários opacos, nunca totalmente visíveis, revelando-se em emergências nunca totalmente antevistas. Tais vestígios, uma vez conectados ao nosso experienciar, adentram a um movimento de significação *no qual* e *do qual* emergem os sentidos, sempre inacabados e produzidos em meio a nossas presenças no mundo vivido (GUMBRECHT, 2010). É assim que, por esses termos, a experiência pública é também marcada por um estilhamento temporal na medida em que, como afirma Koselleck

(2006, p. 309-10), “na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia”. Nesse sentido, no presente, são acionadas, em perspectiva não linear e lacunar, repertórios para composição e intensidade de significações, amontoadas em fatias de tempos passados e avistadas em horizontes de expectativas futuras.

De tal sorte, as experiências públicas se produzem a partir de inúmeras dobras no tempo, já que seu próprio fluir não é fiel a tentativas de linearidade, uma vez sendo, simultaneamente, afetado por passados e futuros. Aqui, se encontra, por fim, a terceira qualidade da experiência pública que é a agonística: os passados e os futuros do experienciar instituem uma pluralidade de vozes na constituição de articulações discursivas possíveis e nunca fixas, movidas por encaixes e desencaixes nos quais sentidos se encontram em luta (dialogando com a perspectiva de disputa de Baldissera (2004)). Em meio a afetos, a paixões e a argumentações, tal agonística pode ser entendida pela noção de prática articulatória de Laclau e Mouffe ([1985] 2015a) – discursos em público são instâncias formadas por uma articulação de significações, *instituída por e instituinte de* relações contingentes – fato que torna a significação articulada sempre precária, demandante de um movimento de descoberta (sem literalidade). Assim, é o próprio conflito entre as significações o responsável por tentar preencher uma suposta estrutura fixa do discurso - sendo que tal gesto, impossível por definição, é o que torna visível sua contingência (LACLAU; MOUFFE, [1985] 2015a).

Sendo assim, a experiência pública é gesto discursivo pautado por um sistema de (des)encaixes, resultante de momentos (LACLAU; MOUFFE, [1985] 2015a) nos quais emergem sujeitos em torno de significados em disputa, “ao redor dos quais sempre se condensará a pluralidade estilhaçada de um social, que fratura qualquer possibilidade estratégica de fixação de sentido” (MAFRA, 2011, p. 324) - ainda que alguma fixação exista, embora nunca seja total ou absoluta. Dessa forma, os sentidos, no experienciar, possuem uma natureza fraturada, reveladores de uma prosa social aos pedaços, aos cacos, aos vestígios, temporalmente estilhaçados, em articulações sempre precárias, provisórias e parciais, cuja contingência é denunciada pela própria agonística social.

É assim que podemos tomar o discurso organizacional como tipo particular de discurso apanhado em processos de experiência pública: seus epicentros de identificação, ainda que intencionem encerrar sentidos, apresentam-se como uma espécie de empilhamento de vestígios, justapostos e disputados por públicos que, em

torno deles, se movimentam, ora perturbando tais sentidos por passados próprios ou alheios, ora afinizando-se com suas tentativas de fixação, sempre precárias e provisórias. Assim, na cena enunciativa de organizações modernas que projetam seu *ethos* (MAINGUENEAU, 2008) pela instituição da ordem, do progresso (um desprezo pelo passado e uma valorização do futuro) e de uma espécie de linearização do tempo (BENJAMIN, 1987), os epicentros de identificação do discurso organizacional, na experiência pública, são lidos como pilhas em variadas direções, temporalidades, intensidades e graus de visibilidade e opacidade.

Ainda que deseje lembrar de passados exitosos e de projetar futuros idealizados, o discurso organizacional é apanhado em fluir histórico, denunciado em seus não-ditos por públicos que o atualizam e o assombram com os fantasmas e traumas nele esquecidos. Mas, ainda afetado por um rumor social estilhaçado, por uma prosa aos cacos e por uma experenciação aos pedaços, o discurso organizacional intenta, mesmo que a fórceps, exercer uma força centrífuga que busca recompor e reconstituir os vestígios (pilhas de ditos e não-ditos) a seu favor: para isso, ele articula e mobiliza outros gêneros (publicitário, jurídico, contábil, jornalístico), para a proteção/permanência/continuidade da organização frente aos riscos da experiência pública - sobretudo pela aposta/insistência na projeção de futuros/situações idealizadas, em composições e intensidades expressas na parafernália discursiva de sua identidade.

5. Considerações finais

Neste texto, procuramos refletir sobre algumas potencialidades epistemológico-teóricas do discurso na comunicação organizacional. O resultado dessa empreitada nos levou a considerar, na proposta aqui encetada, o discurso organizacional como fenômeno instituído, sobretudo, por três grandes movimentos epistêmicos interligados e co-constituidores: a) um movimento que o apanha como um tipo particular de discurso, este que apresenta, como principais regularidades discursivas a instauração da própria realidade organizacional e a composição de uma articulação entre diversos gêneros discursivos que atravessam e constituem a comunicação organizacional: jurídicos, publicitários, contábeis, jornalísticos, dentre outros; b) um movimento que toma o discurso organizacional como epicentro de processos de (des) identificação, de modo que em torno desse discursivizar gravitam lances discursivos voltados à produção de suturas, sempre instáveis e confrontadas por processos de diferenciação - marcas das

tendências de liquefação e de abertura (como uma certa tensão voltada à dissolução organizacional em fluxos) da identidade organizacional; e c) um movimento que toma o discurso organizacional como âmbito de experiência pública, cujos epicentros de identificação são tomados, no próprio experienciar, como empilhamentos de vestígios, justapostos por ditos e não-ditos referentes a passados e a futuros, em meio aos quais públicos tendem a denunciar os sentidos supostamente encerrados pelo discurso organizacional a partir de uma prosa social móvel e estilhaçada, marcada pela aparição e explicitação de traumas silenciados, bem como por identificações com os ditos projetados, numa articulação discursiva sempre precária e provisória, reveladora de um amplo e inacabado processo histórico de experiência.

Nesse sentido, as potencialidades epistemológico-teóricas aqui desenvolvidas insinuam que, além da característica articuladora de outros gêneros do discurso (da) na comunicação organizacional, o discurso organizacional também apresenta como marcas: a) a tentativa de protagonismo relacional, ao se assumir como epicentro de identificação frente a demandas pelo mínimo organizacional, ameaçadas de desintegração de modo constante; b) a composição de uma cena enunciativa empilhada por vestígios, cujos sentidos serão sempre estilhaçados na experiência pública, simultaneamente por gestos de identificação de seus públicos e por lutas agonísticas em torno dos processos de significação; e c) a recomposição constante da cena enunciativa estilhaçada, na medida em que o discurso organizacional se vale dos cacos e pedaços para tentar novas articulações e novos protagonismos na permanência da organização frente ao seu próprio processo público de experiência.

Perspectivas analíticas e metodológicas voltadas a ampliar os horizontes epistemológico-teóricos aqui encetados podem assumir tais movimentos no sentido de acompanharem, empiricamente, num determinado recorte espaço-temporal, o modo como o discurso organizacional serve-se como lugar simultâneo de proteção e risco, frente a processos públicos de experiência, que tornam as organizações âmbitos porosos e atualizáveis em suas tensões identitárias. Metodologias clássicas da análise de discurso combinadas com procedimentos de análise semiótica, narrativos e mesmo os de inspiração qualitativa e/ou etnográfica podem se mostrar como recursos profícuos para a compreensão do discurso organizacional como revelador de traços da experiência organizacional. Nesse ínterim, a comunicação organizacional se apresenta como

relevante *locus* de apreensão e problematização da própria contemporaneidade, em última análise, marcada por rupturas, emergências e tensões.

REFERÊNCIAS

BALDISSERA, Rudimar. **Imagem-conceito**: anterior à comunicação, um lugar de significação. Porto Alegre: 2004, Tese (doutorado) – Faculdade de Comunicação Social, PUCRS, 2004.

_____. Tensões dialógico-recursivas entre a comunicação e a identidade organizacional. **Revista Organicom**, n. 7, jul/dez 2007, p. 229-243. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138954/134302>. Acesso em 29/06/2019.

_____. **Comunicação organizacional**: uma reflexão possível a partir do paradigma da complexidade. In: OLIVEIRA, Ivone Lourdes de; SOARES, Ana Thereza Nogueira. (orgs.). Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações. São Paulo: Difusão, 2008. p. 149-177.

_____. Comunicação organizacional na perspectiva da complexidade. In **Revista Organicom**. São Paulo, ano 6, ns. 10/11, p. 115-120, 2009. Disponível em <http://www.comunita.com.br/assets/comunicacaoorganizacionalrudimar.pdf>. Acesso em 20/06/2009.

BAKHTIN, Mikhail. (1952-1953) **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. In: Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

BRAGA, José Luiz. Constituição do Campo da Comunicação. **Verso e Reverso**, XXV(58):62-77, janeiro-abril 2011.

DEWEY, John. “**Tendo uma experiência**”. In: LEME, Murilo Otávio Rodrigues Paes. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980, pp. 89-105.

FAIRHURST, Gail T.; PUTNAM, Linda. **As organizações como construções discursivas**. In: MARCHIORI, Marlene (org.). Comunicação e organização: reflexões, processos e práticas. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2010, p. 103-148.

FRANÇA, Vera R. V. **Paradigmas da comunicação: conhecer o quê?** In: MOTA, L.G.; WEBER, M.H.; FRANÇA, V.; PAIVA, R. (orgs.). Estratégias e culturas da comunicação. Brasília: Ed. UnB, 2002.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Contraponto, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000a.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000b, p. 103-33.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. (1985) **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015a.

_____. (1987) Pós-marxismo sem pedido de desculpas. In: LOPES, Alice Casimiro; MENDONÇA, Daniel de. (orgs.). **A teoria do discurso de Ernesto Laclau**: ensaios críticos e entrevistas. São Paulo: Annablume, 2015b, p. 35-72.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MAFRA, Rennan. **Vestígios da dengue no anúncio e no jornal**: dimensões acontecimentais e formas de experiência pública da (na) cidade. Belo Horizonte: 2011, Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **Análise de textos de comunicação**. 6. ed. ampliada. São Paulo: Cortez, 2013.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. (1975) **Semântica e discurso**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

QUÉRÉ, Louis. **L'espace public comme forme et comme événement**. In: JOSEPH, Isaac (org.). Prendre Place. Espace publicetculturedramatique. Colloque de Cerisy. Association des Amis de Pontigny-Cérisy / Editions Recherches, 1995.

RENFREW, Alastair. **Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

SILVA, Tomaz T. da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Magno Vieira da. **Discurso organizacional**: aportes conceituais. São Paulo: 2018, Tese (doutorado), Escola de Comunicações e Artes, ECA-USP, 2018.

SOUZA, Geraldo Tadeu. Gêneros discursivos em Marxismo e Filosofia da Linguagem. **The ESpecialist**. São Paulo, v. 24, n. especial, 2003, p. 185-202.

VOLÓCHINOV, Valentin. (1929) **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 2017.